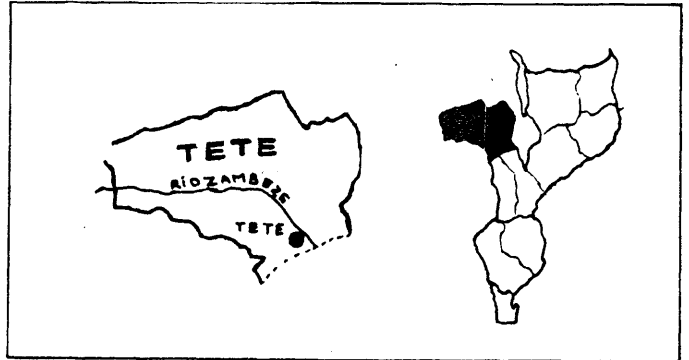


Cahora Bassa cimento da cooperação

● Secretário de Estado do Carvão
e Hidrocarbonetos, em Portugal



O Secretário de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos do nosso País, Abdul Magid Osman, deslocou-se recentemente a Portugal chefiando a delegação moçambicana que discutiu com as autoridades portuguesas questões relacionadas com a Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Na ocasião, Abdul Magid Osman concedeu uma entrevista ao jornal português «Diário de Notícias» em que aborda aspectos ligados à exploração dos recursos minerais moçambicanos, assim como ao aproveitamento da energia de Cahora Bassa.

Pelo seu interesse, publicamos a seguir a primeira e referida entrevista.

São vastas as perspectivas de cooperação económica entre Portugal e Moçambique, agora que «existe um entendimento político notável entre os dois países», declarou ao «DN» o Secretário de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos do Governo do Maputo, dr. Abdul Magid Osman. Independentemente das diferenças do sistema político, disse, ambos os povos «ganharão muito se caminharem juntos».

Na entrevista que nos concedeu, Abdul Magid Osman — que chefiou a delegação moçambicana que se deslocou a Lisboa para discutir questões relativas à Hidroeléctrica de Cahora Bassa — fala-nos não só dos problemas que se colocam ao gigantesco empreendimento, do qual Portugal é avalista em cerca de 40 milhões de contos, mas de outros temas de interesse para os dois países.

«Diário de Notícias» — O que é e quais os objectivos da Secretaria de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos de Moçambique?

Abdul Magid Osman — Num país novo, como Moçambique, em que as estruturas não estão ainda consolidadas, segue-se a via de autonomizar algumas áreas, consideradas estratégicas, relativamente a estruturas já existentes, dotando-as de uma certa capacidade e independên-

cia na organização dos objectivos. Este o caso do carvão e do petróleo em Moçambique. O meu país possui reservas apreciáveis de carvão — e o objectivo é fazer com que ele seja, rapidamente, o principal produto de exportação de Moçambique.

O mesmo sucede com o gás. Em Moçambique, durante o período colonial, realizou-se um vasto programa de pesquisa de hidrocarbonetos. Foram descobertas reservas apreciáveis de gás natural e verificaram-se, inclusive, indícios de petróleo. Torna-se importante orientar a utilização do gás natural para a indústria petroquímica e, mesmo, para a indústria de energia e, por outro lado, promover um novo programa de pesquisas de petróleo. Estes são os objectivos do meu Gabinete. Penso que dentro de dois anos, quer a utilização do gás natural, quer um programa de pesquisas de petróleo, serão uma realidade.

«DN» — Para que países pensa Moçambique exportar o seu carvão?

A.M.O. — Quanto ao carvão, quase todos os países europeus estão interessados: Itália, França, Suécia, Finlândia, por exemplo, e agora também Portugal. Discutimos agora a possibilidade de Portugal se associar a outros países

européus, para poder vir a receber, a médio ou longo prazos, carvão moçambicano. No caso do gás, estamos a negociar com alguns países, que, normalmente, como os que indiquei, trabalham, com a indústria petroquímica. Portugal, através da Quimigal e, de certo modo, da Partex, tem também uma participação.

«DN» — Mas, ac que sabemos, enfrentam dificuldades no escoamento do vosso carvão. Como as resolver?

A.M.O. — O escoamento do carvão está, de facto, a enfrentar dificuldades. Para as resolvermos, temos de reconstruir a linha férrea Beira-Moatize (o carvão localiza-se na região de Moatize). De imediato, precisamos de superar o problema da linha, que constitui a nossa preocupação central. Depois, o problema interliga-se com o do desenvolvimento do porto da Beira, que, a nível regional, além de Moçambique, deverá servir outros países vizinhos: o Malawi, a Zâmbia e o Zimbábue.

«DN» — E quanto ao petróleo?

A.M.O. — Estamos a efectuar algum trabalho. Desenrolam-se pesquisas sísmicas, começámos algum trabalho com a Shell, e pensamos, este ano, avançar para uma segunda fase: a assinatura de contratos com várias empresas internacionais.

«DN» — As perspectivas?

A.M.O. — São Boas.

QUESTÃO DE CAHORA BASSA

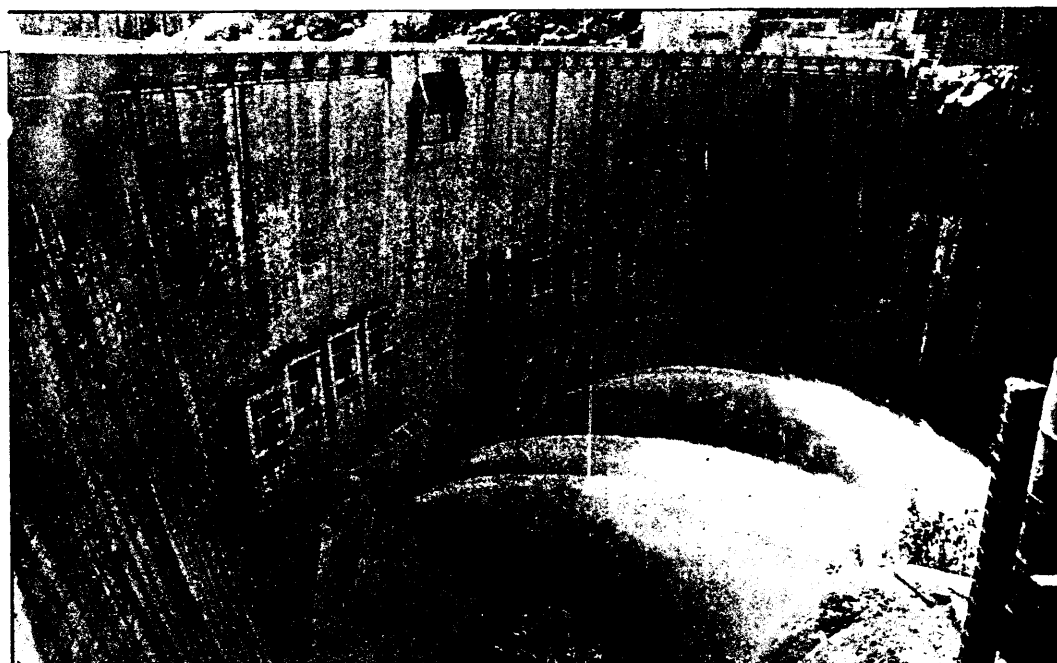
«DN» — Moçambique pretende renegociar o preço das tarifas de energia eléctrica de Cahora Bassa que fornece à África do Sul. O Governo de Pretória, porém, argumenta que esses

fornecimentos são irregulares devido às interrupções provocadas por actos de sabotagem, no interior de Moçambique, na rede de transmissão. Como pensam solucionar o problema?

A.M.O. — A questão talvez deva ser colocada de uma maneira ligeiramente diferente. A África do Sul compra energia eléctrica de Cahora Bassa não, digamos, a um preço mais baixo do que o praticado no mercado internacional, mas sim a um preço ridículo. E esse preço vigorava mesmo antes de ocorrerem quaisquer interrupções no fornecimento. O que acontece é que se está a usar uma circunstância para tentar iludir uma questão de fundo. Isto não quer dizer que não reconheçamos ser extremamente difícil negociar com a África do Sul, quando não há um fornecimento regular de energia. A questão que se coloca é a de saber qual a origem dos actos de sabotagem que interrompem os fornecimentos de energia. Resulta para nós muito claro que a origem é a África do Sul. Consideramos que os grupos que actuam em Moçambique são uma extensão do próprio exército sul-africano. Neste contexto é que o problema tem de ser resolvido. Não se trata, apenas, de tomar medidas de segurança...

«DN» — Nas conversações que agora tiveram em Lisboa, falaram de alternativas para a energia de Cahora Bassa. Que alternativas, para lá dos projectos industriais que pensam implementar junto da barragem?

A.M.O. — Temos de situar a questão num plano de economia de mercado. Assim, existem diversas alternativas para se negociar, estabelecendo-se, de facto, relações justas em relação a um produto que temos para vender. Uma alternativa será, por exemplo, a de fornecer energia ao Zimbábue e, ao mesmo tempo, obter deste país alguns produtos de que Portugal precisa. O Zimbábue tem grandes reservas carboníferas. Portugal, por seu lado, está a pensar



Cahora Bassa «deve constituir não um factor de separação mas de aproximação entre os dois países». — Abdul Magid Osman

em centrais térmicas. Ora, sem prejuízo de Moçambique poder vir a fornecer carvão a Portugal, o Zimbábue talvez esteja interessado em trocar electricidade por carvão. Como todos sabem, não é possível exportar electricidade. Mas é possível exportar carvão. E toda a Europa, inclusive Portugal, estão a fazer uma aposta no carvão como fonte de energia. Devemos, pois fazer esta reflexão. Cahora Bassa, ao contrário do que até agora sucedia — e nós reconhecemos que a dívida portuguesa é muito grande e que é justa a preocupação de tentar diminuir rapidamente essa responsabilidade — precisa ser encarada numa perspectiva mais ampla. Deve constituir não um factor de separação mas de aproximação entre os dois países.

«ENTENDIMENTO POLÍTICO NOTÁVEL

«DN» — A verdade é que, num passado recente, Cahora Bassa causou graves divergências entre os dois países. Estarão as mesmas definitivamente vencidas?

A.M.O. — Essa situação foi ultrapassada. Com a visita do nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, após uma reunião sobre Cahora Bassa, através da visita de Leonardo Mathias ao Maputo e depois da viagem do Presidente Ramalho Eanes a Moçambique, criou-se um ambiente de entendimento e cordialidade que permite que os problemas sejam discutidos sem carácter emotivo, susceptíveis de levarem a situações de ruptura. Existem sempre problemas, quando se desenvolvem relações de cooperação. Mas eles podem ser apreciados de maneira fria, evitando-se o seu bloqueamento. Estamos a tentar superá-los de forma a que a cooperação com Portugal passe a ser exemplar. O vosso país apresenta uma situação específica, não possui as aspirações que outras potências talvez alimentem...

«DN» — Aspirações neocoloniais?

A.M.O. — Claro. Moçambique tem muito para oferecer a Portugal. Vamo-nos sentar, portanto, para ver o que, nós próprios, com o potencial de que Portugal dispõe e com os meios que se podem realizar junto de outros países europeus, poderemos fazer.

«DN» — As conversações que a delegação moçambicana travou em Lisboa foram positivas?

A.M.O. — Muito positivas. Trazíamos como objectivo tratar não só de assuntos relacionados com Cahora Bassa, mas de prosseguir conversações iniciadas durante a visita presidencial sobre algumas acções de cooperação. Das conversações — quer a parte portuguesa, quer a

parte moçambicana — saímos com a consciência de que Cahora Bassa poderá ser um núcleo central da cooperação entre Moçambique e Portugal. Isso significa que tal trará vantagens para Moçambique (quando apresentamos propostas como as que discutimos pensamos no desenvolvimento económico de Moçambique) e para Portugal (porque lhe permite resolver alguns problemas).

«DN» — Mas já apresentaram propostas?

A.M.O. — Já. Dentro em breve, uma delegação portuguesa deverá deslocar-se a Moçambique — e, se isso for possível, a países vizinhos — para discutir alguns detalhes das nossas propostas.

VIA DIFÍCIL, MAS SÓLIDA

«DN» — Que perspectivas de cooperação noutros sectores?

A.M.O. — Se analisarmos as economias portuguesa e moçambicana, vemos que as perspectivas de cooperação são vastíssimas. Portugal importa bastante alumínio, açúcar, algodão, carne e alguns cereais, designadamente. Moçambique oferece, nestes campos, um grande potencial. Portugal, por seu lado, apresenta ampla capacidade na reconstrução de linhas férreas, grande tradição no sector de construção, uma certa tradição agrícola, por exemplo. Existem vários sectores em que, uma vez iniciadas e estabelecidas relações comerciais e de consulta económica entre os dois países, os projectos surgirão, naturalmente, em termos práticos.

«DN» — O que julga ser necessário fazer nesse sentido?

A.M.O. — Os grandes objectivos, muitas vezes difíceis de alcançar, exigem grande empenho. Quando apresentámos as nossas propostas, temos consciência de que, às vezes, não é fácil a sua implementação. Mas pensamos que é possível concretizá-las. Importa, por isso, que as autoridades dos dois países se encontrem e que os empresários portugueses se desloquem com maior frequência a Moçambique. O calor e o carinho com que fomos recebidos, agora, só é possível porque se chegou a este entendimento político. Para lá das diferenças de sistema político, Portugal e Moçambique ganharão muito se caminharem juntos. □